COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 6.708, DE 2009

“Acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição assistencial e dá outras providências.”

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado SABINO CASTELO
BRANCO

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe foi aprovado pelo Senado Federal e é submetido à revisão desta Casa.

Visa instituir a contribuição assistencial, cobrada compulsoriamente de todos os trabalhadores, independente de filiação ou não ao sindicato, a fim de financiar a negociação coletiva da categoria.

A contribuição, que não pode ser superior a 1% do salário bruto anual, e o rateio são fixados por assembleia geral.

A proposição remete a dispositivos celetistas a punição para o empregador que deixar de efetuar o desconto do salário de seus empregados. São também vedadas a concessão de empréstimos ou financiamentos bancários por entes públicos e a participação em concorrências públicas.

A falta de recolhimento da contribuição por órgão ou empresa pública tipifica ato de improbidade administrativa.

A contribuição pela participação em negociação coletiva é obrigatória também para servidores públicos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, da administração pública direta, autarquias e fundações públicas. O valor fixado em assembleia geral não pode ser superior a 1% do vencimento básico de cada servidor.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A contribuição assistencial instituída pelo projeto visa financiar a negociação coletiva e outras atividades sindicais.

O processo de negociação coletiva representa ônus para o sindicato que, em muitos casos, deve contratar profissionais especializados para elaborar e orientar sobre as cláusulas de acordo ou convenção coletiva a serem negociadas.

Lembre-se que toda a categoria profissional é beneficiada pela negociação coletiva, independente de filiação ao sindicato.

Portanto, é razoável que seja estabelecida contribuição a todos os integrantes da categoria, beneficiários da atuação do sindicato.

Destaque-se que o valor da contribuição e o seu rateio entre as entidades sindicais é estabelecido por assembleia geral.

Entendemos que a proposição aprimora o nosso modelo sindical, fundamentado na unicidade. Os sindicatos não podem excluir ninguém de sua representação. Os benefícios negociados favorecem a todos.

É justo, portanto, que todos os trabalhadores contribuam para a manutenção do sistema de representação sindical, o que possibilita a melhor atuação da entidade e conseqüente melhoria nas condições de vida e trabalho de todos os representados.

Nesses termos, opinamos pela aprovação do PL nº 6.708,
de 2009.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado SABINO CASTELO BRANCO
Relator